

Jardins históricos da Cidade do Rio de Janeiro: uma fotografia do diálogo entre civilização e natureza

Guilherme Borba Neumann

RIO DE JANEIRO'S HISTORIC GARDENS: A PHOTOGRAPH OF THE DIALOGUE BETWEEN NATURE AND CIVILIZATION

RESUMO:

Os jardins históricos da cidade do Rio de Janeiro contam, através de sua vegetação e estilo artístico, um pouco do contexto político e social do período no qual foram desenvolvidos. Este conhecimento intrínseco aos jardins deve ser preservado para as futuras gerações, já que sintetiza a relação desenvolvida ao longo da história entre Homem e Natureza, além de promover a dignidade do ser humano, enquanto ser biológico e social.

Palavras-chave: direitos humanos; preservação de jardins; história;

ABSTRACT:

The historic gardens of the city of Rio de Janeiro tell us, through their vegetation and artistic style, the political and social context of the period in which they were developed. This intrinsic knowledge to the gardens should be preserved for future generations, since synthesize the relationship developed over the history between Man and Nature, in addition to provide the dignity of the Human Being, as biological and social being.

Keywords: human rights; preservation of gardens; history;

INTRODUÇÃO

A arte de construção dos jardins desde muito tempo existe como forma de aproximar o homem da natureza, lhe conferindo prazer e descanso em meio ao dia-a-dia conturbado. Contudo, esses espaços verdes nos remetem às diferentes épocas e estilos de vida das sociedades ocidentais, visto sua dinâmica no quesito estético, avaliando o belo, o prazeroso, e, principalmente, considerando o olhar do homem sobre a natureza de formas diferentes e em períodos históricos distintos.

Sua preservação e conservação é necessária a fim de garantir às gerações futuras o mesmo direito concedido aos cidadãos de hoje, de lazer, integração com a natureza e contato com o passado, por meio das artes e do próprio estilo do jardim.

Primeiramente, o conceito *jardins históricos* será definido a partir da carta de Florença, em seu artigo primeiro:

“Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interes-se público.” (ICOMOS/ IFLA, 1981)

Em seu artigo 5º, a mesma carta insere na definição do jardim histórico, a relação desenvolvida entre civilização e natureza, “lugar apropriado à meditação e ao devaneio”¹. O jardim é uma representação idealizada de um espaço, mas que reproduz um estilo cultural e político próprio de um tempo, sociedade e criador (ICOMOS/IFLA,1981). Tal idealização e reprodução de estilos serão melhor abordados e discutidos ao longo deste trabalho.

À vista do interesse público apresentado na definição dos jardins históricos (acima descrito), os jardins da cidade do Rio de Janeiro serão objeto de estudo, considerando-se o seu valor cultural, social, histórico e ambiental, de forma a configurarem um direito inerente a todo ser humano,

Os direitos inerentes a todos os seres humanos, chamados de Direitos Humanos, independem de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição (ONU, 2016), os quais incluem direito à liberdade, trabalho, educação, lazer etc. Vale ainda pontuar que a garantia de cumprimento destes direitos é obrigação dos go-vernos em suas instâncias (ONU, 2016).

Ademais, devem ser observados aspectos conservacionistas dos jardins, um tópico importante para o mundo contemporâneo, intrinsecamente relacionado ao direito de todo cidadão ao lazer previsto na Constituição.

¹ ICOMOS/IFLA, 1981, p.1

JARDINS MODELO

A partir do século XV surgem na Europa certos padrões de uma estética da representação da natureza, que vão imprimir, ao longo do tempo e espaço, a complexidade da relação entre as sociedades e o seu meio. Através de uma reflexão sobre a sintaxe desses espaços verdes e suas bases de composição, que se inspiravam nas soluções plásticas europeias de cada período em questão, definimos claramente três modelos de jardins: o italiano, o francês e o inglês, os quais são até hoje replicados.

Os séculos XV/XVI, por exemplo, são representados pelo Modelo Italiano de jardins que retomam a cultura Greco-Romana, pela influência do Renascimento. Todavia, serão apenas abordados neste trabalho os modelos francês e inglês de jardins, mais amplamente difundidos no Brasil.

O grandioso, luxuoso e exuberante modelo Francês será desenvolvido no século XVII, pela influência do Barroco e do Absolutismo. Neste tipo de jardim há a exaltação do poder, conduzindo ao sentimento de infinitude pela utilização de um grande eixo horizontal, expressão de controle, autoridade e soberania daqueles que o possuíam (VI-EIRA, 2007). A natureza dominada pelo homem é muito evidenciada, mantendo-se a característica simetria do modelo Italiano e, posicionando os espelhos d'água de forma a refletir a imagem do Palácio (TERRA, 2013, p.50-51) - figura 1.

Reflexo do Romantismo, o “landscape gardening”, ou Modelo Inglês, surge nos séculos XVIII e XIX, transformando a ideia até então expressa nos demais modelos. Tratava-se de um estilo destinado ao natural, àquilo que não necessariamente deva apresentar uma forma, uma métrica ou uma organização. Evidenciava-se o extenso gramado, as ruínas, rochas e fontes d'água (HUNT & WILLIS, 1988). Características da Grécia arcádica, da mitologia e do meio rural romano são disponibilizados pela filosofia e pela pintura, somando-se aos

jardins a possibilidade de criação destes por meio de homens comuns e não somente por intelectuais, poetas e nobres (TERRA, 2013, p.55). Na figura 2 é possível vislumbrar toda essa imitação “artificial” da natureza característica do modelo inglês, cultuando a liberdade das convenções largamente utilizadas.



Figura 1 - Jardim das Tulherias, Paris (reproduzida em gettyimages)



Figura 2 - Palácio de Blenheim, Oxfordshire, Inglaterra. (reproduzida de historyextra.com)

JARDINS DO NOVO MUNDO

O Passeio Público do Rio de Janeiro

O Passeio Público foi um dos primeiros jardins públicos a serem desenvolvidos no Brasil, com início em 1779, pelo vice-Rei D. Luis de Vasconcelos, no Rio de Janeiro. A missão de projetar um “jardim de prazer”, como D. Luis desejava, foi destinada a Valentim da Fonseca e Silva – Mestre Valentim -, com a inauguração do espaço em 1783 (TERRA, 2013, p.115).

Entretanto, o atual Passeio Público não equivale aquele projetado por Mestre Valentim, mas sim à reforma realizada em 1862 pelo paisagista Auguste François Marie Glaziou. A partir deste momento em diante o jardim altera seu estilo do francês para o inglês (TERRA, 2013, p.116). A reforma, realizada a pedido de Dom Pedro II, fora necessária após uma série de reclamações de seus visitantes, que lastimavam o estado de conservação do parque:

“Um dia de chuva era de sobra para ficarem encharcadas muitas ruas do Passeio. Os maciços estavam cobertos de capim e de ervas ruins, e as árvores de parasitas (...) Dois pequenos tanques octogonais (...) estavam destruídos e ambos tão escondidos debaixo de uma vegetação daninha que ninguém deles dava fê (...) As belas grades de ferro do terraço, carcomidas pela ferrugem, davam testemunho da incúria da administração pública (...) A moralidade pública gemia ressentida no interior do jardim.” (MACEDO, 1850, apud LADEIRA, 20--).



Figura 3 - As fomasas pirâmides projetadas por Valentim em 1806, foram mantidas após a reforma, que para Franco (1966), foram as precursoras das esculturas abstratas no Brasil, visto que não eram obras figurativas, como até então vigentes na arte brasileira (LA-DEIRA, 20--). Acervo do autor.

A conservação dos jardins, discutida já no tempo de Dom Pedro II, pode ser entendida a partir da declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que em seu artigo 24º define o direito de todo ser humano ao repouso e aos prazeres, o que é claramente exercido nos parques e jardins. O espaço em tudo influencia a experiência humana, que como um ser biológico necessita de um habitat confortável e apropriado à própria convivência humana. Portanto, a conservação destes espaços é um direito conferido a todo cidadão, bem como um dever dos governos que os administram e dos cidadãos que os visitam .

A partir de então, no Passeio Público, já concretiza-se a ideia da influencia do contexto histórico/político na expressão artística de uma determinada época e neste caso propriamente dito, na elaboração dos jardins. Primeiramente, o Passeio Público fora desenvolvido nos moldes franceses, traçando a geometria em todas as suas formas e, expressando o sentimento do poder absoluto vigente no Brasil, a Monarquia portuguesa. Este sentimento é, contudo, transformado no Segundo Império, com o projeto de

remodelação do jardim em 1860. O projeto de remodelação do Passeio Público reflete o desejo de Dom Pedro II em aproximar-se dos moldes das grandes nações europeias, que valorizavam a inserção e multiplicação de áreas ajardinadas nos grandes centros urbanos. E, nesse período, o modelo em voga era o Inglês, que já tinha se disseminado pela Europa.

A Quinta da Boa Vista: o Império entre nós

Antigo engenho jesuíta e residência da família Real, hoje a Quinta da Boa Vista é um parque urbano de grande importância para a zona norte da cidade do Rio de Janeiro, abrigando o Museu Nacional, desde 1892, e o Jardim Zoológico, desde 1945 (MA-CEDO, 2010). Esta região do município é desprovida de praias, praças e grandes parques, o que proporciona à Quinta maior visibilidade administrativa, garantindo não só o lazer, bem como fonte de renda para muitos cidadãos que convivem diariamente com este espaço.

Boa parte de sua extensão é composta por gramados, sobre terreno ondulado, com árvores dispostas de forma harmoniosa, lago, pontes e recantos, como o pagode Chinês, semelhante ao coreto presente na Vista Chinesa (MACEDO, 2010).

A Quinta apresenta formas ecléticas de modelos de jardins, como as típicas do Modelo Francês, como o eixo perpendicular que parte do palácio pelo arranjo dos dois longos alinhamentos de sapucaias (*Lecythis pisonis Cambess*), criando uma perspectiva infinita, que acentua a profundidade do espaço dando uma sensação de grandiosidade, com transições ao Modelo Inglês, de composição sinuosa, com esculturas, rochas e gramados (MACEDO, 2010). O projeto para os jardins da Quinta fora realizado em 1868, também por pedido de Dom Pedro II à Glaziou, que fez



Figura 4 - Quinta da Boa Vista: o Império entre nós. Imagem representativa da proximidade do povo carioca com o Império. Acervo do autor

uso dos melhores recursos disponíveis na época para imitar com perfeição os elementos naturais. A proposta era fabricar uma natureza idealizada para o desfrute do Imperador, sua família e convidados. Hoje o que mais chama atenção aos que visitam este espaço é o lazer. São muitas as opções de entretenimento no local onde se concentrou o poder do Brasil por tanto tempo. É interessante refletir as expressões culturais vivas neste Jardim. Os sentimentos do jardim Francês/Absolutista e do Romântico, a presença da Monarquia pelas esculturas expostas, a proximidade do homem com a natureza, transposta tanto na vegetação do parque quanto na presença do Zoológico, a vivência de família nos piquiniques dispostos na grama, a História Natural da Terra expressa no Museu Nacional com suas Múmias, dinossauros, etc, além dos mais variados tipos de eventos frequentemente realizados no parque, são fontes da riqueza histórica e cultural do povo carioca.

O Brasil República

Inicialmente projetado por Glaziou, o jardim da Residência da República, ou Palácio do Catete, foi reformulado por Paul Villon, discípulo deste Mestre, - tendo Villon também constituído a equipe que reprojeteu os jardins da moradia do Império - , em 1896, a fim de adaptar a moradia à Presidência, em seus 24000 m² de área verde (DOURADO, 2009, p.115).

Assim como Glaziou, Villon seguia o estilo moderno romântico, com a utilização de uma natureza menos organizada e menos simétrica (DOURADO, 2009, p.113), com a participação mais ativa da fauna, que são ainda hoje encontradas no jardim, como garças, marrecos e gansos, além da avifauna que naturalmente visita a propriedade. Mais uma vez, o estilo inglês é observado nos jardins brasileiros num período de mudanças políticas, como o momento da fixação da república no país, a partir de 1889.

É interessante observar ainda como as palmeiras imperiais (*Roystonea oleracea* (Jacq.) O.F.Cook) foram exploradas ornamentalmente ao longo do período da Monarquia, presentes no Jardim Botânico, nas Residências Reais, no Passeio Público e em diversos outros jardins da época. Acredita-se que a primeira palmeira trazida para o Brasil tenha sido plantada pelo próprio D. João VI, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, inspirando imponência por sua estatura (BEDIAGA, 2007), além da questão da hereditariedade presente na Monarquia, transposta na crença de que todas as demais palmeiras do Jardim Botânico seriam parte desta mesma espécie parental (RI-VITTI, 2015). Ora, esta característica é marcante para que seja levada em consideração durante o processo de reflexão do papel da vegetação na expressão de poder em um determinado tempo numa determinada sociedade.



Foto 5 - O Brasil República. Imagem do atual jardim do Palácio do Catete.

Acervo do autor

A Praça Paris

Projetada sobre a Baía da Guanabara, no bairro da Glória, a Praça Paris foi finalizada em 1927, no final da Belle Époque, reflexo, como implícito no nome, do modelo francês de jardins absolutistas (DUARTE, 2013).



Figura 6 - Praça Paris, com vista para a Igreja do Outeiro da Glória. Acervo do autor



Figura 7 - Circé da Praça Paris. Acervo do Autor

Inicialmente consistia em 48000m², que seguia do final da antiga Av. Central - atual Av. Rio Branco- até passar em frente ao Passeio Público. O aterro sobre o qual fora construída adveio do material da demolição do antigo Morro de Castelo. Seu criador, Alfredo Agache, fora contratado durante o mandato do Prefeito Prado Junior, para que desse à cidade um novo estilo, neoclássico, já pouco utilizado pelos arquitetos da época, mas que conferia ao local um ar europeu (DUARTE,2013) – mais conhecido como Plano Agache. Este planejamento urbanístico para a cidade do Rio, que buscava traçados modernos para a região, fora finalizado em 1930, trazendo não só questões estéticas, como preocupações de desenvolvimento industrial, crescimento de favelas, transporte urbano e abastecimento de água (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE).

É interessante estar atento as datas, visto que logo em seguida ao plano Agache, em 1930, tem início o primeiro mandando de Getúlio Vargas, o qual tirará grandes proveitos das obras urbanísticas francesas até então realizadas. Nesse contexto, a Praça Paris, com suas características típicas de um jardim absolutista, expressa muito bem o regime totalitário da primeira metade do século XX, marcado pelo fechamento do Congresso e pela grande concentração de poder nas mãos de Getúlio Vargas.

O Aterro do Flamengo ou Parque Brigadeiro Eduardo Gomes

Com 1.200.000 m² de jardim à beira mar, o aterro do Flamengo foi um grande projeto idealizado por Lota Macedo Soares, com a participação de pessoas influentes como o paisagista Roberto Burle Marx, o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho e os arquitetos Affonso Eduardo Reidy, Sérgio Bernardes e Jorge Moreira, inaugurado no ano de 1965 (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2010).

O aterro, embora com características típicas de um parque urbano, apresenta singularidades, como a disposição de grupos de plantas de mesma espécie e a valorização do uso de espécies nativas, como o abricó-macaco (*Couroupita guianensis* Aubl.) e o pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum* (Benth.) Hook.f. ex K.Schum.) (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2010). A utilização de espécies brasileiras aparece nesse momento numa óptica de conservação da natureza, como uma medida essencial para salvaguardar um valioso patrimônio genético nacional, ameaçado por uma destruição avassaladora.

O parque foi construído sobre diversos aterros, com terra proveniente do Morro de Santo Antônio, no Centro, com o objetivo de se criar vias mais amplas e de mais alta velocidade, afastando também o mar das edificações devido às invasões das águas em dias de ressaca (DUARTE, 2010).

Milhões de carros, ciclistas e pedestres passam pelo parque diariamente, assim como muitos eventos importantes ganham espaço neste jardim (a Cúpula dos Povos, por exemplo, em 2012, em decorrência da Rio+20), reflexo da identidade já pensada de Parque Urbano.



Figura 8 - Aterro do Flamengo: Áreas arborizadas construídas pelo homem. Acervo do autor

É interessante observar principalmente a partir de uma visita ao parque, o conceito muitas vezes conferido aos ambientes urbanos artificiais. O aterro, um lindo espaço verde, com praia e diversas espécies nativas, fora totalmente produzido por mãos humanas, transformando o que antes era mar em jardim. Antes dos aterros de 1906, as águas chegavam até os limites do Passeio Público.

CONCLUSÃO

Depois de fazer uma breve viagem no tempo pela história do Brasil, a reflexão da forma pela qual os jardins armazenam conhecimento por gerações fica a cargo do leitor. O artigo buscava fazer memória aos grandes acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro, fazendo com que o leitor revivesse estas emoções e comungasse deste sentimento de pertencimento da história, o inspirando a valorizar as áreas verdes não só pelo serviço ambiental que prestam, mas também pelo papel histórico e cultural na sociedade humana, patrimônio da Humanidade e garantia comum a todo ser humano de lazer e descanso.

A preservação dos jardins é, segundo a carta de Juiz de Fora uma forma de respeito à vida, guardando o passado da humanidade para as gerações futuras, uma espécie de resumo da relação do homem com o meio natural (IPHAN, 2010). A conservação destes espaços têm sido um grande desafio atualmente, dado que a má gestão dos parques acarreta em atos vandálicos, ausência de manutenção vegetal e arquitetônica, falta de vigilância no uso do espaço por seus visitantes etc., além das obras urbanas que muitas vezes não preocupam-se com a integridade dos elementos pensados originalmente pelos criadores dos jardins.

JARDINS HISTÓRICOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA FOTOGRAFIA DO DIÁLOGO ENTRE CIVILIZAÇÃO E NATUREZA

BEDIAGA, Begonha. *Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 1808 a 1860*. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. XIV, n. 4, p. 1131-1157, Dec. 2007.

DOURADO, G. O. M. *Belle époque dos jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX*. Tese de Doutorado Escola de Engenharia de São Carlos/USP, 2009. 215p.

DUARTE J.R.A. *Parque e Aterro do Flamengo*. Rio de Janeiro Aqui, 2010. Disponível em: < <http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/flamengo-parque.html>, Acesso em 15 nov 2015.

DUARTE J.R.A. *Praça Paris*. Rio de Janeiro Aqui, 2013 Disponível em: < <http://www.riodejaneiroaqui.com/pt/praca-paris.html>, Acesso em 13 nov 2015.

FRANCO, Maria Eugênia. *As pirâmides triangulares de Mestre Valentim*. O Estado de São Paulo, SP, 10/12/1966.

HUNT D.J.; WILLIS P.(1975). *The genius of the place: The English landscape Garden 1620- 1820*. 1ª edição MIT press. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, Massachusetts Institute of Technology, 1988. 397p.

ICOMOS/ IFLA - Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos. *Carta de Floren-za*. 1981

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta dos Jardins His-tóricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora*. 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2510>>. Acesso em 17 mar 16.

LADEIRA, Leonardo. *Acervo artístico*. Website *Passeio Público*, 2002 - 2015. Dispo-nível em< <http://www.passeiopublico.com/acervo.asp>>, Acesso em 05 nov 2015.

ONU - Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948

ONU - Organização das Nações Unidas. *O que são direitos Humanos*. 2016. Disponível em < <http://www.dudh.org.br/definicao/>> , Acesso em 25 maio 2016

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Aterro do Flamengo*. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/exi-beconteudo?id=157258>>, Acesso em 13 nov 2015.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão- Remodelação- Embellezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <<http://planourbano.rio.rj.gov.br>>, Acesso em 17 mar 2016.

RIVITTI, T. *Casa Franca Brasil*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <http://www.casafrancabrasil.rj.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Leia-aqui-o-texto-da-curadora.pdf>>, Acesso em 16 mar 2016.

TERRA, C. G. (1958). *Paisagens construídas: jardins, praças e parques do Rio de Ja-neiro na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013. 240p.

VIEIRA M.E.M. *O jardim e a paisagem: espaço, arte, lugar*. 1ª edição. São Paulo: An-nablume editora, 2007. 254p.